

Indígenas, Trabalhador Nacional e Imigração: os desafios da colonização em Goiás (1870-1890)

Indigenous People, National Worker, and Immigration: the challenges of colonization In Goiás (1870-1890)

Rita de Cássia Guimarães Melo*
Alexandre da Silva Borges**

Resumo: Nas últimas décadas do século XIX e início da República, a imprensa goiana discutiu intensamente a questão do trabalho escravo, a utilização da mão de obra nacional e indígena e os projetos de imigração. Essas temáticas, tratadas como categorias específicas e vinculadas às particularidades da província de Goiás (1870–1890), revelam tanto a defesa da imigração espontânea, sem subsídios estatais, quanto a valorização do trabalhador livre e indígena como alternativas à crise do trabalho servil. O objetivo deste artigo é analisar os argumentos que fundamentaram as propostas de colonização e povoamento, de imigração estrangeira e de migração interna, identificando nuances na formação do trabalhador nacional. A metodologia baseia-se no uso da imprensa como fonte histórica, com ênfase na leitura integral dos jornais para captar discursos, tensões e expectativas que perpassaram o período.

Palavras-chave: Indígenas; Trabalhador nacional; Imigração; Povoamento; Goiás.

Abstract: In the last decades of the nineteenth century and the early years of the Republic, the press in Goiás extensively discussed slavery, the use of national and Indigenous labor, and immigration projects. These themes, treated as specific categories and linked to the particularities of the province of Goiás (1870–1890), reveal both the defense of spontaneous immigration without state subsidies and the

* Professora/pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (UFT/PPHISPAM). Atualmente desenvolve pesquisa com processos criminais, testamentos e inventários no campo da história regional. Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Professor credenciado ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam/UFT). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Graduado em História com Ênfase em Patrimônio Histórico Cultural, pela Universidade Federal do Rio Grande, com intercâmbio em Patrimônio Cultural e Arqueologia pela Universidade do Algarve, em Portugal (FURG/UAlg). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Imaginário, Educação e Memória (GEPiEM/UFPEL) e do Grupo de pesquisa sobre línguas e culturas brasileiras (IANDÉ/Universidade de Varsóvia).

valorization of free and Indigenous workers as alternatives to the crisis of servile labor. This article aims to analyze the arguments underlying the proposals for colonization and settlement, foreign immigration, and internal migration, highlighting nuances in the formation of the national worker. The methodology is based on the use of the press as a historical source, with emphasis on the comprehensive reading of newspapers to capture the discourses, tensions, and expectations that permeated the period.

Keywords: Indigenous peoples; National worker; Immigration; Settlement; Goiás.

Introdução

É consenso na historiografia brasileira que a segunda metade do século XIX foi marcada por significativos avanços, impulsionados sobretudo pela expansão da produção do café, que dominou a economia, estimulou o comércio interno e internacional e promoveu a modernização da infraestrutura (SCHWARCZ, 1998). Nesse contexto, a literatura romântica adquiriu caráter nacionalista, expressando o esforço de afirmação de uma identidade própria, marcada pela exaltação da natureza, do povo e da história do Brasil. Como observa Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira* (1959), o romantismo constituiu uma etapa decisiva da consolidação da literatura nacional, ao projetar figuras simbólicas — como o índio idealizado em *Iracema*, de José de Alencar — que funcionaram como mitos de origem e instrumentos de coesão cultural.

Ao mesmo tempo, o fim da Guerra do Brasil-Paraguai (1864–1870) acelerou o debate sobre a escravidão. Muitos escravizados conquistaram a liberdade ao lutar nas tropas brasileiras, como demonstra Doratioto (2002), enquanto a vitória do Norte sobre o Sul escravista na Guerra de Secessão norte-americana (1861–1864) ecoava no Brasil, como analisaram Grinberg e Salles (2009). A aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) tornou ainda mais evidente a necessidade de substituir gradualmente a mão de obra cativa por trabalhadores livres.

No entanto, a colonização auxiliada — financiada por cofres provinciais, pelo governo central ou por particulares — enfrentava limites. A imprensa lembrava que, enquanto as províncias do litoral ainda recebiam imigrantes europeus, o interior permanecia à margem: nenhum colono teria condições de arcar com a longa viagem

até Goiás, e, caso a província custeasse, cada imigrante sairia tão caro que a ideia deveria ser abandonada. Nesse contexto, os indígenas passaram a ser considerados alternativa para povoar e trabalhar as terras do imenso território, reforçando antigas práticas de catequese e exploração. Jornais locais destacavam os cinco mil indígenas aldeados e os mais de trinta mil “fora de alcance”, descritos como “errantes” e miseráveis, que precisariam ser conduzidos à civilização e ao trabalho (*Correio Oficial*, 13 jun. 1869).

A imprensa estrangeira também acompanhava com interesse a região: periódicos norte-americanos e europeus publicaram anúncios e notícias sobre Goiás, ora destacando sua condição de sertão isolado, ora projetando-o como a “Califórnia do fim do século”, um território de riquezas imediatas a ser explorado. Além da imprensa provincial, foram consultados periódicos estrangeiros, como *The New York Herald*, *The Daily Alta California* e *The Abbeville Press and Banner*. Essas publicações, quase sempre por meio de anúncios ou reportagens sobre colonização, imigração e mineração, revelam como Goiás era projetado no imaginário internacional, mais como espaço de riqueza imediata do que como território agrícola consolidado.

É nesse íterim que esta pesquisa se insere. O artigo analisa os argumentos que fundamentavam as propostas de colonização e povoamento, de imigração estrangeira e de migração interna, especificamente na província de Goiás, entre 1870 e 1890, com o objetivo de identificar nuances do processo de formação do trabalhador nacional. Para isso, toma como fonte central a imprensa regional e internacional, explorada em sua totalidade — não apenas as matérias diretamente ligadas ao tema, mas também notas marginais, editoriais e anúncios, que revelam o peso e a recorrência dos discursos examinados.

Jornais, fontes da pesquisa, e trato metodológico de uso

A pesquisa em jornais do século XIX requer um olhar atento às especificidades desse tipo de impresso como fonte histórica. No presente estudo, utilizamos o acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, filtrando os periódicos da província de Goiás publicados entre 1870 e 1890. Mais do que localizar matérias diretamente relacionadas ao tema, a metodologia adotada exigiu a leitura integral dos jornais, incluindo notas marginais, editoriais e anúncios, pois mesmo os textos aparentemente periféricos revelam nuances relevantes do debate público.

Como lembra Luca (2005), cabe ao pesquisador analisar não apenas o conteúdo das matérias, mas também as condições de produção tipográfica, a propriedade do jornal, suas orientações partidárias, o preço e o alcance — que dizia respeito mais à cobertura espacial do que ao número efetivo de leitores, ínfimo devido à baixa alfabetização. Entre as características centrais da imprensa oitocentista destacam-se a periodicidade, a polifonia textual, a autoria múltipla e o chamado “efeito de realidade” (BARROS, 2021), que conferia às notícias a aparência de descrição objetiva e inquestionável dos fatos.

Nesse período, Goiás contava com quatro tipografias particulares e uma produção jornalística modesta, mas significativa para a vida política provincial. O *Correio Oficial de Goyaz* (1837–1890), órgão do governo, publicava atos oficiais e matérias de interesse político e administrativo, mas carecia da polifonia característica da imprensa oitocentista. Entre os periódicos de oposição, *A Tribuna Livre* (1878–1884), ligada ao Partido Liberal e à família Bulhões, funcionava como arena de disputas partidárias e expressão das rivalidades locais. Outro título relevante foi *A Província de Goyaz* (1883–1884), propriedade do coronel João Fleury, representante de uma das famílias mais influentes na administração provincial. Já *O Publicador Goyano* (1885–1889), de Marques Tocantins, destacou-se pela defesa de pautas liberais e abolicionistas, contando com colaboradores de peso, como Félix de Bulhões e Bernardo Antônio de Faria Albernaz. Por fim, o jornal *Goyaz* (1885) nasceu como órgão liberal, defendendo a modernização do jornalismo e dos partidos, e foi impresso em tipografia importada de Paris.

Além desses títulos principais, a Hemeroteca registra outros periódicos publicados em Goiás durante as décadas de 1870 e 1880, como a *Revista do Instituto Histórico de Goyaz* (1870–1879), *A Regeneração* (1878–1879), *O Porvir* (1882), *Almanak de Goyaz*, *A Thesoura*, *Brazil Federal*, *A União* (1888) e *Bocayuva* (1882–1883). A maior parte tinha vida curta e publicava notícias da Corte e de outras províncias, frequentemente reproduzidas e comentadas por um corpo editorial reduzido. As dificuldades de circulação do correio faziam com que os jornais locais apresentassem lacunas, por vezes sem nenhuma notícia durante semanas, reforçando a percepção de isolamento e atraso da província em relação ao restante do país.

Indígenas, catequese e povoamento

Em 1869, existiam vários aldeamentos na região de Goiás, entre eles Carretão, São José do Araguaia, Pedro Afonso e Santa Maria Thereza Cristina (1850), também conhecido como Piabanha, considerado o mais próspero. Sua população excedia três mil pessoas, sobretudo Xerente e Xavante, que “empregam-se na agricultura e na navegação” (*Correio Oficial*, 13 jun. 1869). O aldeamento de Pedro Afonso, fundado em 1849 e habitado pelos Krahô, também se dedicava à agricultura e ao comércio. Já Piabanha, criado em 1851, reunia Xavante e Xerente sob a responsabilidade do missionário Antonio de Ganges. Santa Maria, por sua vez, “não é uma população agrícola como Leopoldina; os homens entregam-se quase todos à profissão de barqueiro”, razão pela qual “há grande escassez de víveres (...)” (*A Tribuna Livre*, 23 ago. 1883). Além de atuarem como exímios remeiros, os aldeados às margens dos rios davam suporte à navegação, plantando e colhendo gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão e milho.

Os gastos para a manutenção desses aldeamentos, entretanto, eram constantemente questionados como excessivos. Liberais e conservadores acompanhavam de perto a repartição do “minguado” orçamento provincial, e a imprensa criticava tais despesas, advertindo que “a província sacrifica vultosos recursos em favor dos aldeamentos, em detrimento de outras obras necessárias ao bem público” (*Correio Oficial*, 20 set. 1869). Para os defensores do emprego da mão de obra indígena na agricultura e na criação de gado, era contraditório que o governo tivesse aberto “as arcas do tesouro para atrair imigrantes em benefício das províncias do sul”, negligenciando a “aquisição do indígena [...] mais aclimatado” e, portanto, considerado mais apto a servir à província. O resultado foi a suspensão dos investimentos nos aldeamentos situados às margens dos rios navegáveis, instaurando-se um progressivo descontrole oficial sobre os “silvícolas”.

Essa visão de inviabilidade do europeu nos trópicos encontrava eco também na literatura científica. Maximilien Sorre (s/d) descreveu a chamada “crise de aclimação dos brancos nos climas cálidos”. Segundo o autor, a visão de inviabilidade do europeu nos trópicos encontrava eco também na literatura científica. Descreveu a chamada “crise de aclimação dos brancos nos climas cálidos”, marcada por um período inicial de sobre-excitação seguido de anemia tropical, debilidade física, distúrbios nervosos e, em muitos casos, morte. Segundo o autor, o calor, aliado

a excessos e ao contato com novos hábitos, reduzia a resistência do organismo aos micróbios patogênicos.

Essa formulação ajuda a compreender por que, no imaginário das elites provinciais, a imigração europeia para Goiás parecia inviável ou limitada, reforçando a aposta no trabalhador indígena ou mestiço, tido como já “aclimatado” às condições locais. Nesse mesmo período, jornais estrangeiros – como o *New York Herald* (1869) ou o *Daily Alta California* (1881) – publicavam anúncios e reportagens que apresentavam Goiás como espaço de mineração e aventura, raramente como destino agrícola. Tais representações reforçavam o estigma de inviabilidade da colonização estável, ao mesmo tempo em que alimentavam a fantasia de reencontrar no sertão goiano uma “Califórnia do fim do século”. Em face da impossibilidade de promover a imigração para os sertões – em razão da posição geográfica, da deficiência das comunicações e do comércio e da baixa densidade populacional –, contemporâneos passaram a considerar a substituição da colonização estrangeira pelas “inúmeras hordas de selvagens” que habitavam a província. A expectativa era que o povoamento indígena do território pudesse “obrigar o governo a olhar mais atentamente para o interior e a torná-lo apetecível ao colono e ao imigrante europeu” (*O Publicador Goyano*, 2 out. 1886).

A província “sofria falta de colonos após o êxodo dos portugueses das cidades mineiras do século XVIII”. A população de Goiás era constituída por “pessoas de cor”, isto é, “escravos africanos, mestiços e mulatos descendentes de mineiros portugueses com escravas indígenas ou africanas e índios assimilados formavam a maioria da população goiana” (KARASCH, 1992, p. 18). O censo realizado pelo governo imperial em 1872-1873 registrou 159 mil habitantes, dos quais 149 mil (93,71%) eram livres e 11 mil (6,29%) escravizados. Entre os livres estavam incluídos pretos, indígenas “assimilados” e miscigenados. Contudo, “embora as fontes de cunho qualitativo registrem a forte presença indígena na região, os mapeamentos populacionais raramente contabilizam os índios aldeados ou sequer fazem menção à mestiçagem derivada desse contingente. Nos mapas de população, todas as pessoas não brancas são designadas como pretas ou pardas” (SOARES, 2012).

Sobre o emprego da mão de obra indígena para a colonização, os articulistas da imprensa goiana baseavam-se nas formulações de Couto de Magalhães, especialmente no livro *O Selvagem*, publicado em 1876. Figura de destaque entre os

ideólogos da política indigenista no Brasil, Magalhães exerceu forte influência em Goiás. Suas ideias, sintetizadas nessa obra — considerada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um ensaio de Antropologia — exaltavam os “bem-vindos cruzamentos com a raça indígena”, em razão dos “excelentes resultados” que, segundo ele, teriam produzido no continente americano. Defendia ainda “um meio de apropriar os braços indígenas que se achavam dispersos no sertão” (*O Publicador Goyano*, 14 ago. 1882), posição reiterada pela imprensa provincial ao sustentar a utilização dos “braços aclimatados” como alternativa mais viável frente à mão de obra estrangeira, vista como dispendiosa e pouco adaptada à vida nos sertões brasileiros.

Ao empregar a expressão “braços aclimatados”, Couto de Magalhães referia-se a grupos como Karajá, Kayapó, Krahó e Tapirapé, “ao mesmo tempo que fazia uma alusão ao imigrante estrangeiro, considerado por ele uma mão de obra dispendiosa, pouco adaptável à vida no sertão brasileiro” (RBCS, 1988, p. 45). Os jornais goianos ecoaram esse posicionamento, mas a proposta de “amansar e civilizar” indígenas contrastava com a prática jesuítica: tratava-se, na realidade, de uma “caçada de índios”, vendidos como escravos sob a denominação de administrados. Assim, ao concordarem com Magalhães sobre os supostos “excelentes” resultados dos cruzamentos com indígenas no continente americano, os jornais também defendiam a apropriação do trabalho indígena como medida econômica e civilizatória, capaz de contribuir para a “tranquilidade pública das povoações próximas aos mesmos sertões” (*A Tribuna Livre*, 14 ago. 1882).

Para Darcy Ribeiro (2017, p. 79), o “suposto processo de assimilação das populações indígenas no Brasil moderno resultou na conclusão de que o impacto da civilização sobre as populações tribais dá lugar a transfigurações étnicas e não à assimilação plena”. Em vez de se integrarem completamente e perderem suas características originais, os grupos passaram por mudanças significativas: conservaram alguns aspectos de sua identidade de origem ao mesmo tempo em que adotaram elementos da sociedade de contato. O resultado foi o provável nascimento de novas identidades étnicas híbridas, combinando elementos das culturas de origem e de contato — formações sociais que revelam tanto processos de resistência quanto de adaptação diante da expansão da sociedade envolvente.

As disputas em torno do trabalhador nacional não se restringiam à questão da liberdade jurídica ou da abundância de braços. Estavam atravessadas por

categorias raciais que hierarquizavam as possibilidades de inclusão social. O indígena era classificado como “selvagem”, inapto à disciplina do trabalho moderno, enquanto o trabalhador livre e pobre, miscigenado, mas considerado assimilável, era apontado como o futuro sustentáculo da lavoura e do mercado interno. Nesse contexto, o imigrante europeu surgia como o trabalhador “ideal”, não apenas pelo braço livre, mas pelo lugar central que ocupava no projeto de embranquecimento da nação (SEYFERTH, 1997; RAMOS, 2008).

Se bem a permanência dos indígenas nos aldeamentos fosse inconstante, era neles que se viabilizava a catequese. Assim como vinham, partiam, retornavam às matas ou nelas desapareciam. Inspirado em Padre Vieira, Castro (1992) recorre à metáfora das estátuas de mármore e de murta para traduzir tais posturas. O mármore simbolizava a durabilidade, a permanência e a perfeição da civilização europeia, imutável depois de esculpida; a murta, por sua vez, representava a vitalidade de uma natureza viva, mas frágil, efêmera e marcada pela “inconstância” diante das expectativas missionárias. Era o caso particular dos tupinambás do litoral, que, embora dóceis, “era muito difícil de converter [convertê-los]” por serem considerados de “muy fraca memória para as coisas de Deus”.¹

Vieira foi ainda mais explícito em sua alegoria disciplinadora: “Há outras nações, pelo contrário – e estas são as do Brasil –, que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram. É necessário que assista sempre a estas estátuas o mestre delas: uma vez, que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não vêem; outra vez, que lhes cerceie o que vicejam as orelhas, para que não deem ouvidos às fábulas de seus antepassados; outra vez, que lhes decepe o que vicejam os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentildade. E só desta maneira, trabalhando sempre contra a natureza do tronco e humor das raízes, se pode conservar nestas plantas rudes a forma não natural, e compostura dos ramos” (VIEIRA, apud CASTRO, 1992, p. 22).

¹ VIEIRA, Padre Antônio. *Obras completas*. Apud CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 1992, p. 22.

A imagem das “estátuas de murta” revela, portanto, um programa de conversão pensado como contínuo, intrusivo e violento: tolerância zero com as culturas nativas, vistas como incapazes de conservar valores europeus. Para se conformarem, os indígenas deveriam ser mantidos sob vigilância e controle permanentes, apartados de suas tradições, em uma missão considerada inegociável pelos padres: a erradicação sumária das identidades e práticas indígenas em favor do projeto civilizatório europeu e cristão (ANCHIETA, 1933, p. 73; SCHWARTZ, 1988, p. 34; CASTRO, 1992, p. 22). Do padre Vieira (XVII) aos capuchinhos do século XIX, um eixo de continuidade sustenta o preconceito de que os indígenas não tinham capacidade intelectual para o aprendizado de ideias e valores exteriores a suas culturas originais. Em face desse estado de “selvageria” era-lhes impossível aprender, tão somente imitar e repetir. Como Vieira, os capuchinhos convenceram-se da irredutibilidade dos indígenas aos ensinamentos obtidos nos aldeamentos (Amoroso, 1998, p. 17).

Graças à presença constante dos padres catequizadores no cotidiano das aldeias, os Xerente chegaram a solicitar “um padre brasileiro para os instruir, ferramentas para a lavoura e quem os dirija [dirigisse] em diversos ofícios”, demanda que os levou a empreender “meses de viagem até a capital” em busca de apoio direto do Imperador (*Diário de Notícias*, 23 mar. 1886, p. 2). Os Krahô fizeram o mesmo percurso, igualmente em busca de auxílio imperial. Em outra ocasião, um chefe indígena foi recebido pelo Imperador, nomeado coronel da Guarda Nacional e passou a ser conhecido como Coronel Raimundo. Embora tenha recebido instrumentos agrícolas, tecidos e diversos outros objetos, foi incapaz de transportar tudo até a aldeia, sendo obrigado a vender ou abandonar parte da carga no caminho (Melatti, 2009, p. 32).

Veja ou outra, os indígenas do Araguaia vinham ter com o presidente na capital da província. Numa dessas visitas, “os silvícolas entraram na cidade completamente nus e com a maior sem cerimônia”. Dessa vez, vinham “cumprimentar e pedir brindes ao ilustre cidadão” nomeado pelo Imperador para ser o diretor geral dos indígenas, ocasião em que o chefe Karajá discursou perante os administradores locais.:

Eu sinto muito não podê fará como João Correa [o brigadeiro dos índios] para dizer tudo que deseja; mas vossacelência fique sabendo que Karajá tudo tá presiguido ni Araguaia, vive miséria, não tem fumo, não tem facão miricano, não tem roupa, não

tem pingarda, não tem nada, nada. Karajá tá pobre”; (...) [E acrescentou pedindo um] rosário, um burro com buraca e um vapô para Carajá, tudo anda no rio. (...) quero também que vossacelência me nomei capitan e eleve Cachorrobrô meu pue a coroné (*Goyaz*, 29 jul. 1887, p. 2).

A dificuldade de expressão do chefe Karajá não deixa de revelar seu esforço para aprender a língua portuguesa, soada muitas vezes como “engraçada” ou “infantil”, dada a ordem de construção das frases: “parece que em Karajá o paciente precede o verbo e o agente ocupa o terceiro lugar; porque sempre que conseguem falar alguma frase portuguesa, para dizerem, por exemplo, ‘que enchente inutilizou a roça’, dirão ‘roça comeu água grande’” (*Goyaz*, 6 abr. 1888, p. 1). Em português, a estrutura sintática dispõe sujeito-verbo-objeto; já em Karajá, o objeto antecede o verbo, e o sujeito ocupa a mesma posição relativa a ele.

À dificuldade de expressão somavam-se a privação material, a vulnerabilidade e a perseguição sofrida pelo seu povo na região do Araguaia. Ao pedir um “rosário, um burro com buraca e um vapô”, o Karajá revelava a adaptação a símbolos e objetos da cultura dominante. Ao desejar ser nomeado “capitan” ou “coroné”, sugeria uma tentativa de integrar-se ao sistema de poder imposto — gesto que pode ser interpretado tanto como estratégia de sobrevivência quanto como resistência. Seu pedido de “tudo [o que] anda no rio” evidencia a profunda conexão com o ambiente fluvial, espinha dorsal da vida Karajá, responsável por sua sobrevivência física, espiritual e cultural: ameaçar o rio seria ameaçar a própria existência de seu povo.

Essa apropriação da língua e dos símbolos não pode ser dissociada das políticas indigenistas de longa duração. O Diretório dos Índios, implantado pelo marquês de Pombal (1750–1757), determinava a reorganização das aldeias e prescrevia a introdução e o uso exclusivo da língua portuguesa, ainda que mantivesse a chamada “língua geral”² como recurso intermediário (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 71). Tratava-se de uma língua mestiça de base tupi, amplamente utilizada na comunicação entre colonizadores, missionários e diferentes povos indígenas — verdadeira língua franca colonial, produto da mestiçagem cultural (MONTEIRO, 1994). Na província de Goiás, a catequese foi frequentemente realizada na língua

² “Ao longo dos séculos, as línguas gerais receberam diferentes nomes – Tupi, Tupi Antigo, Língua Brasileira, Língua Geral, Nheengatu e outros. No contexto do multilinguismo no Brasil, o português foi introduzido por meio de contatos frequentes com o Tupinambá e outras línguas indígenas, que deixaram marcas no português brasileiro, em particular no português falado na Amazônia.” (FIGUEIRA-CARDOSO; BORGES, 2020, p. 86, tradução nossa)

nativa, cujas intérpretes eram crianças indígenas educadas no Colégio Santa Izabel – internato fundado em 1847 em Vila Boa, destinado à formação religiosa e linguística de meninas indígenas e órfãs –, o que ajuda a explicar a “fala infantil” do adulto Karajá (KARASCH, 1992, p. 13).

Além da língua, as mercadorias funcionaram como outro fio condutor do contato entre indígenas e colonizadores. Ferramentas, adornos e tecidos eram oferecidos como instrumentos de sedução, com o objetivo de atrair e manter os nativos próximos dos postos de colonização. Como observa Darcy Ribeiro, “esses símbolos (mercadorias) que eram dados aos indígenas tinham como objetivo seduzi-los. Após os primeiros contatos, os indígenas perceberam a cilada, ‘mas a atração irresistível das ferramentas, dos adornos, da aventura, os fazia voltar’. As ofertas de mercadorias foram o fio condutor que caracterizou a relação entre brancos e indígenas até recentemente. Nesse movimento de contato, contraíam as doenças para as quais não eram imunes. Cada nova geração queria ver com seus próprios olhos o povo estranho, implantado nas praias, recebendo navios cheios de bens preciosíssimos” (RIBEIRO, 1997, p. 43).

Aos missionários cabia o monitoramento dos aldeados, o ensino da língua portuguesa a crianças e adultos e a catequese. No esforço de convencer os Karajá a se aldearem – tarefa realizada a duras penas –, os frades penetravam pelo rio Araguaia, mas a presença indígena nesses espaços era marcada pela inconstância. Desde meados do século XIX, a política indigenista deslocou-se do extermínio físico, praticado durante a conquista territorial, para uma política de assimilação forçada (BRASIL, 1831; 1834; 1845), substituindo o conflito armado por um aparato jurídico e administrativo (PORTO ALEGRE, 1992/1993, p. 23). Como lembram John Manuel Monteiro (1994) e Manuela Carneiro da Cunha (1992), esse processo não significou o fim da violência, mas sua reconfiguração: do confronto militar direto para estratégias de controle social e cultural, que buscavam dissolver identidades indígenas no projeto de integração nacional.

Essa política de organizar os indígenas em aldeamentos tinha como objetivo afastá-los “das áreas a serem ocupadas pelos brancos” (ROCHA, 1988, p. 26). E mais que isso: o presidente da província, em 1856, registrou que era um dever humanitário civilizar as “hordas selvagens”, garantindo desse modo segurança individual para a população dita civilizada. O objetivo final atendia ao interesse precípua de disciplinar

os indígenas no trabalho regular, transformando-os em produtores agrícolas mediados pelo mercado. Para os administradores, aqueles “homens robustos” propiciavam o “suprimento de braços que reclamava a lavoura”, único recurso de mão de obra disponível.

O emprego da categoria “selvagem” não era apenas um recurso retórico, mas refletia debates científicos mais amplos que marcaram o século XIX. Foi nesse período que a classificação dos povos indígenas em termos evolutivos ganhou destaque, vinculada à noção de raça. Alguns cientistas sugeriram a tese da decadência (ou degenerescência) dos povos da América, da qual Von Martius e Varnhagen foram expoentes no Brasil. Essa discussão era crucial para o futuro dos indígenas, pois articulava duas abordagens políticas distintas: de um lado, a que defendia esforços pedagógicos e assimilacionistas; de outro, a que priorizava práticas repressivas e militares, partindo do pressuposto de que os indígenas estariam destinados à extinção. No Brasil, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen tornou-se o principal defensor da via repressiva. Baseando-se no discurso etnocêntrico dos cronistas coloniais, que retratavam os indígenas como pertencentes a uma “sociedade selvagem”, marcada por nomadismo, guerras de extermínio e vingança, Varnhagen defendia a guerra contra os povos indígenas e afirmava que seus “vícios” derivavam do nomadismo, sendo o sedentarismo o único propulsor da civilização (LINDOSO, 1983; VARNHAGEN, 1867; UNESCO/ME, 2006).

O contraste é revelador: em Goiás, prevalecia o projeto de transformar os “selvagens” em trabalhadores agrícolas — solução pensada como prática civilizatória e econômica —, enquanto em outras regiões, como São Paulo e o Sul, ganhava força a proposta de substituição da mão de obra pelo imigrante europeu.

Nos aldeamentos da região permaneceram por mais de quarenta anos os freis capuchinhos Rafael de Taggia (?-1892) e Sigismundo de Taggia (?-1874). Frei Rafael foi fundador do arraial de Pedro Afonso, no Tocantins, e diretor das tribos Krahô, mantendo contato pastoral com Karajá, Xavante e Krahô até falecer, em 1892, “no meio daqueles por quem sacrificou a sua vida e dedicou seus labores apostólicos” (*Estado de Goyaz*, 18 dez. 1892, p. 2). Já Sigismundo, missionário em Piabanha na década de 1850, era descrito como protetor dos Xavante. Viveu mais de oitenta anos, dos quais quarenta dedicados aos indígenas, mas acabou demitido em 1874 “a bem

do serviço público”, substituído por um simples alferes, apesar dos pedidos dos indígenas pela continuidade da missão (*Correio Oficial*, 4 nov. 1874).

A manutenção dos aldeamentos dependia do abastecimento com utensílios de ferro — armas, enxadas, foices, facões, instrumentos de roça, roupas de trabalho, canoas e ferramentas para abrir clareiras. Esses produtos, importados e valorizados, eram usados como moeda de troca com outros grupos indígenas e com colonizadores. Funcionavam não apenas como instrumentos práticos, mas como mecanismos de aliança e de dependência: em troca, os colonizadores obtinham víveres, mão de obra, conhecimento territorial e apoio logístico. Porém, as promessas não cumpridas eram frequentes. Um jornal satirizava, por exemplo, que “qualquer karajá de volta da corte” poderia trazer “uma farda de capitão”, mas esse presente “comprado em qualquer brechó” não se traduzia em poder: “não se segue que ele seja capitão cá para nós: lá para os seus tudo bem” (*Goyaz*, 26 dez. 1885, p. 2). O comentário ilustra a prática de engambelar as lideranças indígenas com símbolos hierárquicos desprovidos de autoridade real, criando um falso efeito de reconhecimento enquanto se mantinha intacta a estrutura de dominação colonial.

O plano dos administradores ia além: pretendia miscigenar os indígenas introduzindo entre eles mulatos e brancos “morigerados”, fomentando casamentos inter-raciais para promover a miscigenação. Enquanto isso não acontecia satisfatoriamente, a estratégia era tratá-los com “brandura” — não no sentido de benevolência, mas de cálculo político. Essa brandura significava evitar novas expropriações de terras, respeitar provisoriamente a posse tradicional, comerciar com eles produtos úteis às suas necessidades, oferecer presentes e suspender expedições de perseguição. Para consolidar essa política, contava-se com missionários capazes de evangelizar e educar, ensinando a língua portuguesa e ofícios úteis, de modo a preparar os indígenas para o mercado de trabalho.

Os indígenas, no entanto, resistiam à pressão dos aldeamentos e presídios, atacando plantações, fazendas e moradores, deixando um rastro de destruição que apavorava as localidades. A *Gazeta de Notícias* registrava que “reuniram-se nas proximidades do presídio de Santa Maria do Araguaia, e, além de destruírem plantações de habitantes do lugar, mataram a cassetadas e flechadas (...)” (23 jul. 1878, p. 1). Esses ataques, classificados pela documentação como “atitude hostil”, frequentemente demandavam a presença de forças de repressão e, em alguns casos,

até do próprio presidente da província, com quem os indígenas chegavam a negociar o fim da animosidade. Como assinalava *O Publicador Goyano* (23 mai. 1885), os presídios funcionavam como instrumentos de vigilância e proteção dos colonos, apoiando a navegação e a defesa contra “malfeitores e indígenas”.

A relação entre política indigenista e aproveitamento econômico foi expressa com clareza pelo presidente da província Ernesto Augusto Pereira, que em 1870 enalteceu o “duplicado benefício” da agricultura com a utilização dos indígenas: “Catequizados os índios, obteremos milhares de braços para a agricultura (...) e para outros trabalhos úteis, e ao mesmo tempo teremos completo domínio nos excelentes matos, nas pingues pastagens e nos rios piscosos e navegáveis, de cujo uso em outros tempos nos tem privado em parte por meio de suas cruéis atrocidades” (PEREIRA, 1870, p. 14). A catequese, portanto, era vista menos como empreendimento espiritual e mais como estratégia de pacificação e incorporação da mão de obra indígena aos interesses econômicos. Contudo, os discursos oficiais e jornalísticos deixavam transparecer a hierarquia que pautava essa relação. O “selvagem” permanecia como alteridade radical, contraposto ao ideal de civilização.

A abertura da linha de navegação entre o rio Araguaia e Leopoldina em 1870 foi celebrada como símbolo do progresso: “o ardente desejo de uma província que vê seu progresso, a sua riqueza, a sua grandeza, ligados à realização da grande ideia da abertura desse meio de comunicação” (*Correio Oficial*, 17 set. 1870). Já em 1873, a imprensa local ressaltava o contraste: “aí o vapor, passando por numerosas aldeias de índios, que ainda andam nus, apresenta em contraste os dois extremos da cadeia humana; a raça mais civilizada, que usa desse primeiro agente do progresso, e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores” (*Correio Oficial*, 31 maio 1873).

Esses registros revelam que, longe de promover um verdadeiro “entendimento cultural”, a política e a retórica provincial reforçavam as diferenças, naturalizando a imagem do indígena como “selvagem” e legitimando sua exploração como braço de trabalho e obstáculo a ser vencido no caminho do progresso.

Imigração, povoamento e a questão do trabalhador nacional

Na sociedade escravista das últimas décadas do século XIX, a presença de homens pobres livres era expressiva e estruturante. Embora os censos disponíveis

sejam incompletos, algumas estimativas permitem dimensionar esse quadro. Segundo Caldeira (2009, p. 15), em 1806 a população brasileira girava em torno de 4,39 milhões de pessoas. Desse total, 25,2% eram escravizados e 74,8% estavam na condição de livres — categoria que incluía tanto colonos (56,6%) quanto indígenas (18,2%).

Entre os homens livres, a grande maioria (91%) não era proprietária de escravizados, o que significa que cerca de 62% da população total vivia fora da condição senhorial. A concentração da propriedade escrava era marcante: do contingente de cativos, distribuídos entre aproximadamente 220 mil senhores, a média era de apenas cinco escravizados por proprietário. Isso revela que apenas 9% dos homens livres detinham escravizados, confirmando o predomínio de trabalhadores pobres livres no tecido social brasileiro.

Cabe observar que os “livres” englobavam juridicamente tanto os livres de nascimento quanto os libertos. No entanto, a experiência social desses grupos era distinta: enquanto os pobres livres carregavam o estigma da pobreza, os libertos traziam também a marca da escravidão em sua trajetória, sendo alvo de vigilância e preconceitos adicionais (MATTOS, 1998; SLENES, 2011).

Esses dados, ainda que referentes a 1806, sugerem uma tendência que se manteve ao longo do século: a predominância numérica da população livre sobre a escravizada. Como observa Iraci Del Nero da Costa (1990), entre 1775 e 1872 a proporção de escravos em relação à população total caiu de cerca de 30% para 15%. Embora os números não devam ser tomados como absolutos, eles reforçam a importância dos homens pobres livres — trabalhadores sem escravos e pequenos proprietários — na estrutura social e no debate sobre a formação do “trabalhador nacional”.

Chama a atenção o número majoritário de homens livres — excluídos os indígenas livres — naquela sociedade. A alta concentração de cativos nas mãos de poucos senhores sugere uma desigualdade estrutural na distribuição da riqueza e do poder local. Como a maioria da população livre não possuía escravos, os números indicam que, embora o trabalho compulsório fosse central na política econômica da época, ele não envolvia diretamente a massa de 3,28 milhões de homens livres. Sobre esse contingente pairam perguntas fundamentais: onde estavam? De que viviam? Que papel ocupavam na engrenagem social e econômica?

Já em 1869, antes mesmo da década de 1880, o *Correio Oficial* advertia que “com braços escravos não podemos contar” (*Correio Oficial*, 13 jun. 1869), diagnóstico que se tornaria ainda mais evidente nos anos seguintes. Na década de 1880, a questão do trabalho servil e da suposta escassez de braços para a lavoura assumiu caráter resolutivo. Em Goiás, apesar do pequeno número de escravizados, o regime ainda se mantinha, embora a exportação de cativos para outras províncias agravasse sua insuficiência diante das demandas da agricultura, da pecuária, da navegação e dos ofícios artesanais.

Três pilares estruturavam os debates nos jornais da década de 1880 — escravidão, trabalho livre e imigração — e continuariam a nortear reflexões no início do século XX. Os liberais, entretanto, preferiam os “braços cruzados” à intromissão do Estado nas relações entre capital e trabalho, ainda que não percebessem “contradição alguma entre liberalismo e escravidão” (COSTA, 1980, p. 137). Como ferrenhos opositores de políticas protecionistas que favorecessem as indústrias locais, defendiam “o mais religioso respeito à propriedade e à liberdade do cidadão brasileiro” (COSTA, 1980, p. 17), apostando na eficácia da iniciativa privada em detrimento dos subsídios da Corte.

Diante das alternativas internas — o trabalhador nacional e a mão de obra indígena —, multiplicavam-se os discursos que exaltavam a conveniência dos colonos europeus para a lavoura, onde “milhares de brasileiros viviam na miséria, descuidados de qualquer comodidade”, entregues à “perniciosa indolência” (*A Tribuna Livre*, 16 jun. 1883). Ainda assim, prevalecia a convicção de que, enquanto existisse escravidão nas fazendas, não haveria condições para atrair trabalhadores livres. Tal percepção foi reiterada à exaustão por parlamentares em discursos, entrevistas e debates na Câmara.

O discurso de Felício dos Santos ilustra bem o modo como as elites oitocentistas articulavam o problema do trabalho ao debate racial. Ao mesmo tempo em que desqualificava os indígenas e mestiços como “quase selvagens”, projetava neles a função de mão de obra de reserva e de base biológica para o cruzamento com europeus. Essa lógica de “enxertia racial” dialoga diretamente com o cientificismo do período, que associava aclimatação às condições de trabalho nos trópicos e vinculava a modernização nacional ao projeto de branqueamento. Nesse sentido, o caso goiano insere-se no quadro mais amplo analisado por Giralda Seyferth, para quem a política

imigratória brasileira foi marcada pela busca do “imigrante desejável”, definido não apenas por sua utilidade econômica, mas sobretudo por seu potencial de “melhoramento racial” da população (SEYFERTH, 1997; 2008).

Além disso, para que houvesse imigração, era preciso consolidar o comércio, algo inviável sem estradas ou vias fluviais adequadas. Nessa conjuntura, emergia a valorização da colonização nacional, como sugeria o jornal *Goyaz*: “E que melhor colonização do que a nacional? Principalmente a mineira, que consta de homens na generalidade probos, prolíficos, excelentes pais de família, infatigáveis ao trabalho, e quase sempre já possuidores de capital” (*Goyaz*, 10 maio 1889).

O discurso pós-abolição convergia para uma percepção generalizada: a emancipação criara pontos de estrangulamento “no serviço doméstico, no trabalho rural e no comércio”. Caberia ao governo central harmonizar suas ações com as reais necessidades das províncias — especialmente daquelas que, como Goiás, se sentiam preteridas frente às regiões privilegiadas (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro), que recebiam subsídios para imigração desde meados do século XIX.

Sobre a destinação dessa mão de obra estrangeira, porém, não havia consenso. Já na década de 1880, discutia-se a conveniência de aproveitar os trabalhadores nacionais disponíveis — libertos e pobres livres — ou mesmo os indígenas, empregados no plantio e na navegação, em vez de onerar as finanças provinciais com imigrantes subsidiados. Esse discurso se prolongou nos anos seguintes e, em 1893, ainda era reiterado pelo jornal *Estado de Goyaz*: “Não somos adversários da imigração; desejamo-la, mas espontânea”, ressaltava o periódico, defendendo que convinha à província “utilizar os recursos que temos em casa”: os libertos que “procuram arrimo” e os indígenas a serem preparados para o trabalho agrícola e para a vida “civilizada” (*Estado de Goyaz*, 25 fev. 1893).

Os entraves legislativos e culturais dificultavam a vinda de imigrantes espontâneos. Seria preciso “romper com alguns de tradição e apropriar as instituições brasileiras ao estrangeiro” (*A Tribuna Livre*, 8 abr. 1882). Resistências da Igreja católica e do Estado, restrições à naturalização, a obrigatoriedade do laço religioso nos casamentos e a herança da escravidão reforçavam preconceitos que desestimulavam a imigração. Some-se a isso a inexperiência em lidar com o trabalho livre e o hábito de recorrer ao feitor para controlar os braços necessários. Como

ironizava o jornal: “Aterrorizam-se ante a ideia de pagar uma diária aos trabalhadores livres (...), quando podem obter os serviços gratuitos desta máquina automática e simplesmente mecânica: o escravo” (*O Publicador Goyano*, 4 jun. 1886).

O desejo de conquistar e dominar o espaço produzia projetos grandiosos, muitas vezes fantasiosos, sem respaldo na realidade socioeconômica da província. Apesar da posição central de Goiás — geograficamente “no coração do continente sul-americano” —, a distância do litoral, a precariedade da navegação e a carência de estradas alimentavam tanto a sensação de “isolamento” quanto o discurso de ufanismo. Qualquer perspectiva de exploração que vislumbrasse melhorias despertava esperanças e acenava para um futuro grandioso: criar rotas de comunicação entre as três grandes bacias do Brasil — Amazonas, São Francisco e Prata —, que funcionariam também como laços de união entre os povos do Atlântico e do Pacífico (*Goyaz*, 25 fev. 1887, p. 2). Na prática, entretanto, a província mal conseguia garantir a regularidade das viagens comerciais com o Pará, o que levava observadores a comparar tais projetos ao “serviço [...] tão adiantado como no tempo de Pombal”, no século XVIII (*Goyaz*, 22 jun. 1888).

O debate ganhava novos contornos quando notícias da Corte anunciavam o interesse de grupos estrangeiros em Goiás. Um grupo de engenheiros yankees, por exemplo, teria manifestado a intenção de explorar o vale do Caiapó (atual Caiapônia), o que logo foi acompanhado de expectativas grandiosas: “vamos ter com certeza vasta colonização de yankees nos sertões goianos, que bem poderão ser a Califórnia do fim do século” (*O Publicador Goyano*, 26 fev. 1887). Contudo, ao contrário desse entusiasmo local, os anúncios publicados em jornais americanos — certamente pagos — quase não faziam referência a Goiás como espaço de trabalho agrícola. Pelo contrário, apresentavam o Brasil, e ocasionalmente o interior goiano, como lugar de exploração mineral.

O *New York Herald* (11 jun. 1869) exaltava o comércio fluvial do Tocantins e do Araguaia, associado à possibilidade de novas descobertas auríferas; o *Daily Alta California* (4 jun. 1881) destacava o interesse imperial em recrutar mão de obra barata, mas também aludia às riquezas naturais; já o *Abbeville Press and Banner* (16 maio 1888) noticiava episódios de violência contra indígenas, relacionados à ocupação de terras com potencial de exploração. Esses exemplos confirmam que a

província era imaginada não como futuro celeiro agrícola, mas como espaço de ouro e diamantes, destinado a atrair imigrantes com algum capital e desejo de enriquecimento rápido.

Para os grandes proprietários, contudo, esses trabalhadores representavam uma força de trabalho de “reserva”, a ser acionada conforme as necessidades da lavoura e da pecuária. É nesse ponto que se revela a contradição central: a elite goiana não projetava Goiás como território agropecuário consolidado, mas como espaço de riqueza imediata, herdeira do imaginário minerador. O sonho da “Califórnia do fim do século” — evocando a febre do ouro norte-americana e divulgado até em jornais estrangeiros — reforçava tanto a promessa de enriquecimento súbito quanto a tentativa de inserir Goiás no circuito internacional das novas fronteiras minerais. Nessas representações, pouco ou nada se dizia sobre agricultura, confirmando que as elites locais jamais desejaram construir uma província agropecuária sólida.

Conclusão

Para compor o corpus da pesquisa, foram folheadas todas as páginas disponíveis dos periódicos goianos entre 1870 e 1890, resultando na identificação de aproximadamente 85 matérias. O material reúne notícias, anúncios e reportagens sobre imigração, povoamento, trabalho indígena e formação do trabalhador nacional. Mais do que localizar textos diretamente relacionados ao tema, a metodologia exigiu a leitura integral dos jornais, considerando notas marginais, editoriais e anúncios que, embora aparentemente periféricos, revelam nuances importantes do debate público. Essa abordagem permitiu dimensionar o peso e a recorrência dos discursos citados ao longo da análise.

Além da imprensa provincial, a pesquisa também mobilizou periódicos estrangeiros — como *The New York Herald* (1869), *The Daily Alta California* (1881) e *The Abbeville Press and Banner* (1888) — que difundiram imagens de Goiás como espaço de riquezas minerais, terras férteis e fronteira possível para imigração. Essas publicações reforçam que a província circulava no imaginário internacional menos como território agrícola consolidado e mais como promessa de mineração e exploração econômica.

O artigo buscou evidenciar a complexidade das questões relacionadas ao povoamento e à formação do trabalhador nacional em Goiás entre 1870 e 1890. A partir da imprensa local e dos debates sobre a substituição da mão de obra escrava, verificou-se que a imigração estrangeira, o emprego de trabalhadores livres e a utilização dos indígenas foram apresentados como alternativas às demandas econômicas da elite provincial, sempre em diálogo com os projetos das províncias centrais do Império, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

As condições de isolamento geográfico e a precariedade das comunicações dificultavam a chegada de colonos europeus, reforçando a aposta na mão de obra indígena. Essa proposta, vinculada tanto ao pragmatismo econômico quanto ao discurso missionário e à política indigenista, expunha tensões entre assimilação forçada, catequese e exploração direta dos povos nativos. Se para alguns os indígenas poderiam suprir a escassez de braços, para outros sua integração era inviável, esbarrando em preconceitos, dilemas éticos e conflitos culturais.

Ao mesmo tempo, os homens pobres livres apareciam como alternativa mais duradoura: uma população numerosa, já inserida nas práticas produtivas da roça e projetada como núcleo do futuro trabalhador nacional. Nesse contraste, revelam-se as diferentes formas como Estado e elites locais atribuíam sentido ao trabalho indígena e ao trabalho livre, reforçando hierarquias e delimitando expectativas sobre o lugar de cada grupo no processo de modernização.

O caso goiano evidencia ainda que, nas províncias do interior, a miscigenação foi mais profunda do que nas regiões litorâneas. O censo de 1872 registrou em Goiás 159 mil habitantes, dos quais apenas 6,3% eram escravizados, mas não discriminava indígenas, recorrentemente incluídos entre pardos e pretos (SOARES, 2012; KARASCH, 1992, p. 18). Tal ausência estatística revela, paradoxalmente, a intensidade da mestiçagem local, marcada pela fusão entre africanos, indígenas e portugueses. Como observam e Darcy Ribeiro (2017), a formação de identidades híbridas foi característica estrutural das áreas interiores, onde a mobilidade populacional, a escassez de mão de obra cativa e a convivência entre diferentes grupos redefiniram o perfil social do trabalhador nacional.

A análise mostra que a exclusão progressiva da mão de obra indígena como alternativa viável não se explicava apenas por fatores econômicos ou logísticos. Estava também ancorada em uma lógica racial, que opunha o “selvagem”, tido como

incapaz de integrar-se plenamente à modernização, ao “livre e pobre” visto como assimilável e potencialmente embranquecido. O imigrante europeu, por sua vez, foi erigido como símbolo do trabalhador moderno desejável, em função de sua suposta capacidade de introduzir hábitos de disciplina, técnicas agrícolas e, sobretudo, de reforçar o projeto de embranquecimento nacional. Essa dimensão racial, pouco debatida de forma explícita na província de Goiás, esteve presente de maneira subjacente nas críticas, expectativas e esperanças publicadas pela imprensa local.

Essa reflexão histórica ganha relevância quando projetada para o presente. Atualmente, as etnias indígenas em Goiás enfrentam a diminuição de suas populações e a pressão contínua sobre seus territórios, o que reforça a necessidade de pensar não apenas o passado, mas também o futuro desses povos. A persistência da invisibilidade estatística, o avanço das fronteiras agrícolas e os conflitos fundiários reiteram a urgência de compreender como as populações indígenas, antes integradas de modo forçado ao projeto de colonização, hoje lutam pela sobrevivência cultural, pela defesa da terra e pelo reconhecimento de seus direitos. O caso de Goiás, assim, permite articular as tensões do século XIX às disputas contemporâneas, demonstrando que a questão indígena e a questão da terra permanecem centrais para compreender a formação social brasileira e seus desafios atuais.

Do mesmo modo, a trajetória dos trabalhadores pobres livres revela a permanência de dilemas estruturais na inserção dessa população no mercado de trabalho. Do estigma da pobreza e da ausência de acesso à terra às atuais formas de precarização laboral, observa-se uma continuidade histórica que conecta a “arraia-miúda” do século XIX às desigualdades contemporâneas. Essa perspectiva reforça que tanto a questão indígena quanto a do trabalhador livre são dimensões indissociáveis para compreender a formação do trabalhador nacional e os impasses sociais que ainda atravessam o Brasil.

Fontes

A TRIBUNA LIVRE: Órgão do Club Liberal de Goyaz (GO). Goiás, 1878–1884. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/tribuna/717592>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAS. GOIÁS, 1837 a 1921. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/correio/167487> Acesso em 30 de agosto de 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edição de 23 de março de 1886, p. 2. *Diário de Notícias (RJ – 1886–1887)*. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=812595>.

Acesso em: 28 set. 2025

ESTADO DE GOYAZ. GOIÁS, 1891 A 1896. Disponível em

<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/estado/244457> Acesso em 10 de setembro de 2024.

GOYAZ: ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL. GOIÁS, 1885 a 1910. Disponível em

<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/goyaz/246590> Acesso em 15 de setembro de 2024.

O PUBLICADOR GOYANO. GOIÁS, 1885 a 1889. Disponível em

<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/publicador/716774> Acesso em 20 de setembro de 2024.

THE ABBEVILLE PRESS AND BANNER. *The Brazilian massacre*. Abbeville, 16 maio 1888, p. 2. Disponível em:

<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84026853/1888-05-16/ed-1/seq-2/>.

Acesso em: 28 set. 2025.

THE DAILY ALTA CALIFORNIA. *Chinese labor for Brazil*. San Francisco, 4 jun.

1881, p. 2. Disponível em: <https://cdnc.ucr.edu/?a=d&d=DAC18810604.2.57>. Acesso em: 28 set. 2025.

THE NEW YORK HERALD. *Diamonds and gold in Brazil*. New York, 11 jun. 1869, p.

4. Disponível em: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83030313/1869-06-11/ed-1/seq-4/>. Acesso em: 28 set. 2025.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, 1998.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

BARATA ZICMAN, R. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, t. LII, p. 397-419, 2021.

BRASIL. *Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845*. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios. 1845. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei de 27 de outubro de 1831. Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios. 1831. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37625-27-outubro-1831-564675-publicacaooriginal-88614-pl.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império. 1834. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma indígena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1980.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo, 1990. Tese (Livre-docência) – USP.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FIGUEIRA-CARDOSO, Samuel; BORGES, Alexandre da Silva. Brief history of General Languages and language policies in Colonial Brazil. *Bucharest Working Papers in Linguistics*. Vol. XXIII/2021, nº 01, p. 79-93. Disponível em
<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1033697> Acesso em: 07 out. 2025.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 397-412.

LINDOSO, Dirceu. *A diferença selvagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: MEC, 2006.

PEREIRA, Ernesto Augusto. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz em 1.º de agosto de 1870*. Disponível em:
<http://memoria.org.br/pub/meb000000450/rpegoias1870/rpegoias1870.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Revista de Ciências Sociais*, v. XXIII/XXIV, n. 1/2, 1992/1993.

RIBEIRO, Darcy. *Falando dos índios*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 95-117, 1997.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: *ANAIIS da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, 2008.

SOARES, Márcio de Sousa. *Os homens pardos e a governança da capitania de Goiás sob a égide dos Cunha Menezes, c. 1778-c. 1804*. 2012. Disponível em: https://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s16_2_pap.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

SORRE, Maximilien. *Fundamentos biológicos da geografia humana*. Barcelona: Editorial Juventud, s.d.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o sr. Lisboa*. Lisboa: Imprensa Liberal, 1867.

Recebido em Março de 2025
Aprovado em Dezembro de 2025